

## A CRÔNICA “HERCULANO E O 25 DE ABRIL” DE JOSÉ SARAMAGO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SOB DUAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Luisa Helena Borges FINOTTI<sup>15</sup>

Karina Luiza de Freitas ASSUNÇÃO<sup>16</sup>

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo analisar o funcionamento do texto/discurso no que tange conceitos de contexto/história. Para isso, analisa-se a crônica “Herculano e o 25 de abril” de José Saramago partindo do escopo teórico da Linguística Textual e da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) que toma como referencial os estudos realizados por Michel Foucault. No decorrer das análises serão destacadas as especificidades apresentadas pelas duas propostas, com o intuito de abrir espaço para uma possível aproximação entre elas.

**Palavras-chave:** linguística textual. Análise do discurso. Contexto. História.

**Abstract:** *This paper aims to analyze the functioning of the text/discourse in terms of the concepts of context/history. Thereunto, we critically examine the chronicle “Herculano e o 25 de Abril”, by José Saramago, from the theoretical scope of the Text Linguistics and of the French Discourse Analysis (hereafter DA), taking as reference the studies by Michel Foucault. During the analysis, the specificities presented by both proposals are going to be highlighted, in order to open space for a possible approximation between them.*

**Keywords:** *Text linguistics. Discourse analysis. Context. History.*

---

<sup>15</sup> Professora da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo – USP. [luisah@finotti.com](mailto:luisah@finotti.com)

<sup>16</sup> Professora Colaboradora do Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão e professora da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Frutal. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. [karinalfa@gmail.com](mailto:karinalfa@gmail.com)

## **Para início de conversa ...**

Ao estudar os fundamentos da Linguística Textual, observamos que ela percorreu um longo caminho até chegar ao que se compreende hoje. As modificações foram significativas, como afirma Koch (2013), no entanto, a discussão sobre contexto ainda apresenta algumas dificuldades, deixando lacunas que possibilitam sua ampliação. Van Dijk (2013) e Adam (2008), por exemplo, apresentam contribuições importantes para a inclusão do contexto nas análises textuais, entretanto, acredito que essa discussão possa ser ampliada

A partir dessas considerações, o presente texto tem por objetivo analisar o funcionamento do texto/discurso no que tange conceitos de contexto/história. Para isso, analisaremos a crônica “Herculano e o 25 de abril” de José Saramago partindo do escopo teórico da Linguística Textual e da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) que toma como referencial os estudos realizados por Michel Foucault. No decorrer das análises serão destacadas as especificidades apresentadas por ambas propostas, com o intuito de abrir espaço para uma possível aproximação entre elas. Ressaltamos que Adam (2008) já iniciou esse diálogo partir do momento que estabelece uma aproximação entre a Linguística Textual e a Análise do Discurso proposta por Dominique Maingueneau e traz para a primeira conceitos como, por exemplo, formação sociodiscursiva e interdiscurso.

## **Texto e discurso sob a perspectiva da Linguística Textual e Análise do Discurso de linha francesa**

No prefácio do livro **Discurso e contexto** (2013, p.11), Van Dijk apresenta a seguinte tese: “não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas a maneira como os participantes definem essa situação”. Nessa tese, o autor discute o contexto como um elemento compreendido pelo sujeito e, em seguida, definido por esse sujeito, tomando o discurso como um produto oriundo de um sujeito que tem o “poder” de controlar a sua produção, a partir de modelos mentais, ou seja, compreende “que os contextos são construtos dos participantes ou definições subjetivas das interações sociais” (VAN DIJK, 2013, p. 34). Neste momento, levantamos uma questão: será que os sujeitos têm autonomia para definir os sentidos dos contextos? Assumimos a postura, baseada em Michel Foucault (2006), de que a compreensão do contexto (história) não depende só da interpretação, mas também dos sentidos que já estão socialmente constituídos, ou seja, na produção discursiva,

há algo determinante para o que pode ser dito, que foge ao controle do sujeito, ou nas palavras de Foucault (2006, p.9),

suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Sendo assim, segundo o autor, o discurso implica exterioridade à língua, pois as palavras, ao serem pronunciadas, carregam em si aspectos que remetem ao lugar social e histórico, no qual o sujeito está inscrito; sendo assim, os discursos estão sempre em movência, sofrendo a todo o momento alterações decorrentes das mudanças históricas e das transformações sociais.

Por sua vez, de acordo com Van Dijk (2013, p.94), citando Tulving (1993), o contexto pode ser organizado em modelos e esquemas, ou seja,

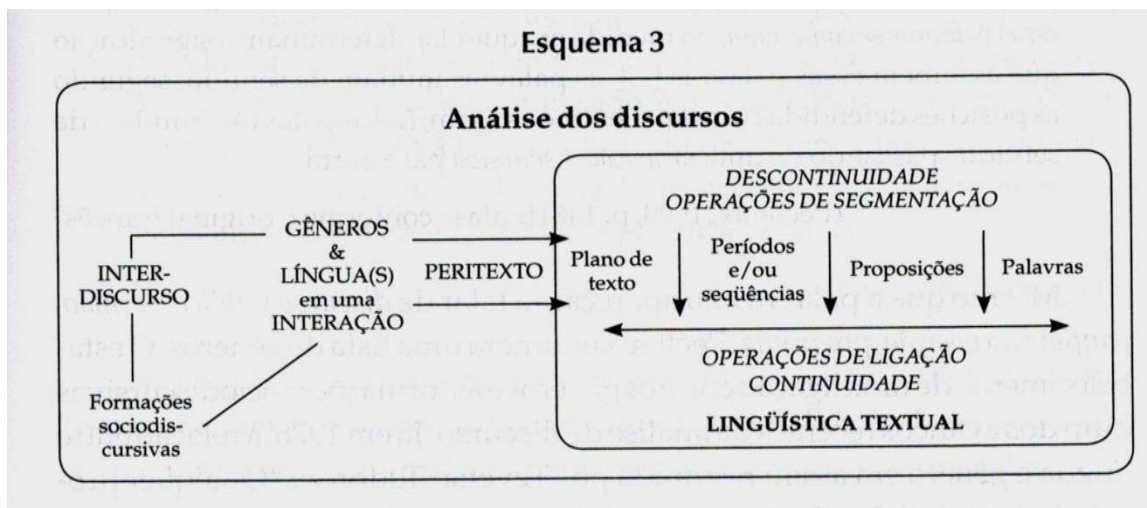
Os modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências. Num certo sentido, eles são as nossas experiências se assumirmos que experiências são interpretações pessoais daquilo que acontece conosco. Acredita-se que as experiências pessoais, e, portanto, os modelos que as representam, são armazenados na Memória Episódica, que faz parte da memória de longo termo.

Novamente levantamos as seguintes questões: a história não faz parte das categorias acima? Quando, por exemplo, deparo com um discurso que remete à informações provenientes da história, como devo proceder minha análise? Van Dijk (2013), em seu livro, menciona que os modelos são originários da experiência, portanto, o que fazer quando, para compreender o sentido de um dado discurso, devo voltar para questões históricas não vivenciadas pelo leitor? A crônica que analisaremos nesse artigo necessita de elementos oriundos da história como, por exemplo, a colonização portuguesa, para a sua compreensão e, para analisá-la, será necessário buscar subsídios na análise do discurso de linha francesa, mais especificamente nos estudos de Michel Foucault, pois esse construto teórico ajuda a pensar a relação entre a história e a produção discursiva. Vale ressaltar que a história não deve ser considerada cronológica, mas uma história fragmentada e diluída nas relações sociais, que, segundo Foucault (2007, p.145), possibilite “compreender os discursos na lei de seu devir efetivo, deve poder dar conta do fato de que tal discurso, em um momento dado, possa acolher e utilizar ou, ao contrário, excluir, esquecer ou desconhecer, esta ou aquela estrutura formal”. Dessa forma, acreditamos que, caso o contexto fosse um modelo mental pré-estabelecido, não

precisaria recorrer, no momento da sua leitura, a elementos da história para compreender o sentido da crônica de José Saramago (1999).

Outro aspecto que chamou nossa atenção foi o fato de Van Dijk (2013, p.37) considerar o sujeito empírico, no caso, fonte absoluta de seus dizeres, “os usuários da língua adaptam sua interação discursiva aos ‘entornos’ socioculturais e cognitivos do momento.” Neste caso consideramos que não são os sujeitos que determinam o que vai ser dito, mas sim a própria condição de produção, uma vez que, de acordo com Foucault (2006), esse controle é exercido a partir de vários “procedimentos de exclusão”, nos quais destaco, inicialmente, a interdição. Ele assevera que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2006, p.9). Para ele, há três tipos de interdição, são elas: “tabu do objeto”, a interdição sobre o tema do discurso, isso quer dizer que, de acordo com ele, há ou não a interdição; “ritual de circunstância”, em função do lugar ocupado pelos sujeitos, temos um determinado ritual que deverá ser obedecido; e “direito privilegiado e exclusivo do sujeito que fala”, ou seja, de acordo com a situação em que o sujeito se encontra, o discurso será ou não aceito. Foucault (2006, p.9) afirma, ainda, que “temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar”.

Adam (2008), por sua vez, apresenta uma proposta que toma o texto como um objeto empírico que é constituído por uma textualidade que deverá ser compreendida como “um conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ou na leitura/audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significativo” (ADAM, 2008, p.25). Suas preocupações, no entanto, em virtude da complexidade desse objeto empírico, o texto, atestam a necessidade de “[...] uma teoria desse objeto e de suas relações com o domínio mais vasto do discurso em geral, para dar aos empréstimos eventuais de conceitos das diferentes ciências da linguagem, um novo quadro e uma indispensável coerência” (ADAM, 2008, p.25). Ele propõe uma análise textual dos discursos que toma como base, para a análise, o texto, no caso, “a unidade não é a palavra, mas o texto” (ADAM, 2008, p.321). O autor afirma que o texto é formado por fragmentos que seguem uma dada ordem que formam, em seu interior, subconjuntos. O fato de algo ser reconhecido como um texto passa pela percepção de suas partes identificáveis. O esquema abaixo ajuda a vislumbrar, segundo o autor, a dinâmica que perpassa a sua proposta.



Disponível em Adam (2008, p. 43).

Nesse esquema, de acordo com o estudioso, as setas da direita para a esquerda evidenciam a complexidade de relações que são estabelecidas na constituição da “unidade TEXTO”, objeto da linguística textual. Já da esquerda para a direita são apresentadas as relações de interações que emergem nos gêneros e nos enunciados e que são objeto de estudo da análise dos discursos. Como observamos anteriormente, Adam (2008) situa a Linguística Textual na análise de discursos, propondo, assim, uma aproximação entre as duas linhas teóricas, ou seja, segundo Adam (2008, p.43), trata-se de uma Linguística Textual “como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas”.

Para Adam (2008), a história é reconstituída por meio dos textos, objeto da Linguística Textual. Ele afirma que o acesso do contexto, ou seja, aos elementos extralinguísticos não são de fácil apreensão, portanto, não podem ser tratados objetivamente, apenas por meio das reconstruções efetivadas pelos sujeitos na enunciação. A sua posição é fundamentada em uma citação de Kleiber na qual afirma que “se confunde muito frequentemente o contexto com os ‘elementos que completam ou que asseguram a interpretação global de um enunciado’ e ‘os locais de onde esses elementos provêm, seja diretamente, seja indiretamente, quer dizer por inferência” (In: ADAM, 2008, p. 52). Assim, o contexto está ligado a uma representação da memória, como pode ser observado nas palavras de Adam (2008, p.52):

Misturam-se, então, os dados do ambiente linguístico imediato (co-textuais) e os dados da situação extralinguística. Não se pode esquecer que não temos acesso ao contexto como dado extralinguístico objetivo, mas somente a (re)construções pelos sujeitos falantes e/ou por analistas (sociólogos, historiadores, testemunhas, filólogos ou hermenutas). As informações do contexto são tratadas com base nos conhecimentos enciclopédicos dos

sujeitos, nos seus pré-construídos culturais e nos lugares comuns argumentativos.

De acordo com o estudioso, o contexto está relacionado com a construção do sentido dos enunciados. Ainda refletindo sobre o contexto, o autor complementa sua posição, afirmando que:

Escrevemos “co(n)texto” para dizer que a interpretação de enunciados apóia-se tanto na (re) construção de enunciados à esquerda e/ou à direita (co-texto) como na operação de contextualização, que consiste em imaginar uma situação de enunciação que torne possível o enunciado considerado. Essa (re)construção de um co(n)texto pertinente parte, economicamente, do mais diretamente acessível: o co-texto verbal e/ou o contexto situacional de interação. Se, em uma interação oral, pode haver concorrência entre co-texto e contexto da enunciação, na escrita o co-texto é o dado mais imediatamente acessível. Se o co-texto está disponível e se ele se mostra suficiente, o interpretante não vai procurar em outro lugar (ADAM, 2008, p.53).

Observamos que o processo de análise textual do discurso, como Adam (2008) propõe, deve ser constituído levando em consideração o fato de que o texto é um construto que explícita ou implicitamente manifesta um contexto. Assim, analisar o co-texto é muito importante no processo de elaboração dos sentidos do texto, demandando do leitor um processo que envolve a imaginação da situação extralinguística que possibilitou que dado texto fosse criado.

Assim, nas palavras de Adam (2008, p.56), o contexto é uma “realidade ao mesmo tempo histórica e cognitiva, o contexto está ligado à memória intertextual. Não é um dado situacional exterior aos sujeitos.” O texto, nesse caso, elabora de forma explícita ou não seu contexto de enunciação, os atos de discursos são possíveis em função de sua dinâmica interna e das redefinições do contexto que emergem no texto a partir de sua esquematização. A interpretação das esquematizações mobiliza uma série de saberes, como, por exemplo, os saberes enciclopédicos, que são armazenados na memória de longo prazo e os saberes encontrados na memória de curto prazo. Nas palavras de Adam (2008, p.57), partindo do ponto de vista co-textual, ao surgir uma unidade linguística, abre-se a oportunidade para a repetição, ou seja:

[...] as entidades textuais tornam-se candidatas potencias de anáforas e “usar um anafórico não é senão marcar uma enunciação como relativa a certo estado de memória” (Berrendonner, 1983, p.231). Isso explica o fato de que numerosos anafóricos não possuem mais um antecedente exato, identificável no co-texto, nem à esquerda nem à direita. Uma expressão dêitica é definida muito mais pelo fato de introduzir uma entidade nova no co-texto (ou somente renovada) do que pelo local de seu referente.

O fato de o texto trazer anáforas ou dêiticos, que não podem ser correlacionados com elementos identificáveis no texto, será possível através da memória discursiva que é alimentada por elementos de origem extralinguística, ou, como afirma Adam (2008, p.57), “a memória discursiva é alimentada, permanentemente, por enunciados sobre eventos da situação extralinguística, eles próprios constituindo eventos, mais do que pelos eventos da situação extralinguística.”

Nesse sentido, Adam (2008) propõe, tomando como base a complexidade do texto, que sejam estabelecidas relações entre as diferentes ciências da linguagem, principalmente com o intuito de construir uma análise que consiga compreender minimamente o funcionamento discursivo de um determinado texto e, conseqüentemente, os sentidos que margeiam sua produção. Dentre essas áreas, ele menciona a análise do discurso<sup>17</sup> proposta por Dominique Maingueneau. Assim, para Adam (2008, p.63), a linguística textual:

[...] tem como papel, na análise do discurso, teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto. Ela tem como tarefa detalhar as “relações de interdependência” que fazem de um texto uma “rede de determinações” (WEINRICH, 1973, p.174). A linguística textual concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades como às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados.

Ou seja, a linguística textual tem como tarefa fundamental, segundo Adam (2008), delimitar as categorias que iniciam ou finalizam os segmentos textuais. Dessa forma, ela deverá propor conceitos e apresentar classes de unidades que funcionem como intermediário entre a língua e o texto com o objetivo de compreender o funcionamento da língua que se manifesta a partir das frases presentes no texto. Vale lembrar que a compreensão da frase deverá se dar não na forma da gramática tradicional e sim de uma forma fundamentada na dimensão textual, pela coerência e coesão. Dessa forma,

[...] todo o texto \_\_ e cada uma das frases que o constituem \_\_ possui, de um lado, os elementos referenciais recorrentes pressupostos conhecidos (pelo co[n]texto), que asseguram a coesão do conjunto, e, de outro, os elementos postos como novos, portadores da expansão e da dinâmica da progressão informativa (ADAM, 2008, p.101).

---

<sup>17</sup> O autor afirma que o discurso pode ser “definido pelos seguintes traços: uma estabilização pública e normativa, e a possibilidade de um status institucional.” (ADAM, 2008, p.45)

Além disso, Adam (2008), com o objetivo de compreender o funcionamento textual, sugere que a proposição-enunciado<sup>18</sup> seja analisada pela linguística textual, sendo ela a unidade mínima enunciativa textual. Ainda, de acordo com o autor, a proposição-enunciado mesmo aparecendo isolada no texto está interligada a outras, que são convocadas em resposta a algo ou simplesmente para dar continuidade ao texto. A condição de ligação da proposição-enunciado está relacionada com a orientação argumentativa apresentada no texto analisado. Adam (2008, p.109) afirma que existem três dimensões complementares, são elas: “*dimensão enunciativa* [B] que se encarrega da representação construída verbalmente de um *conteúdo referencial* [A] e dá-lhe uma certa *potencialidade argumentativa* [ORarg] que lhe confere uma *força* ou *valor ilocucionário* [F] mais ou menos identificável”.

Outro aspecto importante apresentado na obra de Adam (2008) diz respeito à continuidade referencial que é constituída por elementos oriundos da memória e que são retomados por certas propriedades da língua, tais como: “pronominalização, definitização, referenciação dêitica co-textual e co-referência lexical, às quais é preciso acrescentar as recuperações pressuposicionais” (ADAM, 2008, p.132). Afirma ainda que:

A. Berrendonner define a *memória discursiva* como o “conjunto dos saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (ibid., p.230) e toda interação como uma operação sobre estados da memória discursiva para nela provocar modificações. Em outras palavras, a memória discursiva é, ao mesmo tempo, o que permite e o que visa uma interação verbal. A memória discursiva é alimentada, permanentemente, por enunciados sobre eventos da situação extralinguística, eles próprios constituindo eventos, mais do que pelos eventos da situação extralinguística (ADAM, 2008, p.57).

O autor considera o “ato de referência como uma construção operada no e pelo discurso de um locutor e como uma (re)construção por um interpretante”, isto é, o ato de referência é uma construção de uma representação discursiva, o que equivale dizer que:

Toda proposição enunciada possui um valor descritivo. A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável. Esse microuniverso semântico apresenta-se, minimamente, como um tema ou objeto de discurso posto e o desenvolvimento de uma predicação a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que associa um sintagma nominal a um sintagma verbal, mas, de

---

<sup>18</sup> De acordo com Adam (2008, 128), “um enunciado é interpretado como sendo mais ou menos um convite, um juramento, uma recomendação, uma ameaça, ou mesmo um insulto. Um conjunto de atributos de importância variada permite considerar o grau de pertencimento de um enunciado a uma categoria de ato (grau de prototipia forte) ou várias (grau de prototipia fraco) quando ele se situa na fronteira de várias categorias de atos. Esse funcionamento impreciso, e, no entanto, bastante eficaz, é próprio das línguas naturais e da realidade dos fatos de discurso.”



um ponto de vista semântico, uma proposição pode muito bem reduzir a um nome e um adjetivo (ADAM, 2008, p.114).

Sendo assim, a elaboração de uma representação discursiva é constituída a partir da linguagem que faz referência ao mundo e exige que o leitor/ouvinte reconstrua os sentidos oriundos dessa representação. Para Adam (2008, p.203), “o sentido de um enunciado reside, fundamentalmente, na continuidade do discurso que ele torna possível. É importante não se deter nos atos de discurso realizados (com seu valor ilocucionário próprio), mas considerar em qual movimento textual ou estratégia discursiva são colocados”.

Outro aspecto que chamou nossa atenção, na proposta de Adam (2008, p.298), foi o tratamento dado à história, considerada para explicar o funcionamento da estrutura composicional do texto, ou segundo ele, a história possibilitará “ilustrar o fato de que um texto não é isolável, mas situado no encadeamento dos discursos aos quais ele responde e que lhe respondem.” Diferentemente Foucault (2007, p.9) considera a história como o que possibilita que dado enunciado apareça e não outro em seu lugar, nas palavras do autor “a questão que coloco é aquela, não dos códigos, mas dos acontecimentos: a lei da existência dos enunciados, o que torna possível [...] as condições de sua emergência singular; sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos, discursivos ou não”.

Partindo das considerações de Adam (2008) sobre os procedimentos de análise do texto e tendo como escopo a Linguística Textual faremos a análise da crônica saramaguiana a seguir. Além das considerações de Adam (2008) sobre o funcionamento de uma análise dos discursos que levará em consideração o texto como unidade e que o encadeamento forma um todo significativo também é importante retomarmos algumas considerações de Koch (2008), pois o texto apresenta marcas linguísticas que ajudam na elaboração dos sentidos textuais, no caso, os modalizadores, os tempos verbais, operadores discursivos, as anáforas, as catáforas e os dêiticos.

### **Entre o Contexto e a História: uma análise da crônica “Herculano e o 25 de abril”**

Antes de iniciar a análise da crônica, salientamos que sua escolha deu-se em função de observar que a compreensão do contexto/história é de fundamental importância para a elaboração dos sentidos que emergem da crônica saramaguiana “Herculano e o 25 de abril” de José Saramago, publicada no livro **Folhas políticas** (1999), que reúne crônicas produzidas entre os anos de 1976 e 1998 em jornais portugueses.

José Saramago nasceu em Portugal em 1922 e morreu na Espanha em 2010. Escritor polêmico, que teve problemas em Portugal por causa da publicação do romance **O evangelho segundo Jesus Cristo** (1991), no entanto, apesar das críticas, o romance rendeu-lhe o prêmio Nobel em literatura em 2000, sendo o primeiro autor de Língua Portuguesa a ganhar essa premiação. Nas palavras de Valter Hugo Mãe (2012, p.10), “José Saramago partia dos livros para chegar à estrutura dos assuntos levantados, que é o mesmo que dizer que pretendia levar-nos a pensar, e pensar melhor, acerca da estrutura da sociedade que construímos ou toleramos”.

Nessa crônica “o 25 de abril” é um exemplo das palavras de Walter Hugo Mãe, uma vez que relata/questiona a data de 25 de abril para a história de Portugal: baliza mudanças profundas tanto na esfera política quanto na dimensão de seu território, após a descolonização de algumas de suas colônias. Essa data foi tão marcante que ela se faz presente no título da crônica “Herculano e o 25 de abril”. Esse título é composto por um nome próprio (Herculano) e a data (25 de abril), sendo essa determinada por um artigo definido (o), permitindo que o leitor infira que tanto o nome quanto a data são de seu conhecimento, ou no mínimo, apresentam-se como uma estratégia argumentativa com o objetivo de aguçar a curiosidade do leitor, ou seja, saber quem é ou quem foi Herculano e sua relação com o 25 de abril.

Essa crônica é composta por 8 parágrafos assim estruturados: I) no primeiro parágrafo o autor questiona a razão de se escrever sobre o 25 de abril, após 11 anos; II) já o segundo tenta responder ao questionamento feito no primeiro parágrafo. O autor também faz menção aos supostos dizeres de “Herculano” que realça a “pequenez” do povo português; III) Saramago (1999) no terceiro parágrafo destaca as atividades desenvolvidas por Herculano e questiona quem seria o povo pequeno; IV) o questionamento sobre a pequenez do povo continua no quarto parágrafo e acrescenta que Herculano na verdade não falava do povo; V) nesse momento Saramago (1999) interroga em que pensaria o “Herculano” e responde logo a seguir que ele se referia aos políticos; VI) no sexto parágrafo o autor português questiona qual a relação existente entre “Herculano”, “o 25 de abril” e os dias de hoje; VII) neste momento Saramago chama a atenção para a importância de ressaltar quem realmente é a gente grande, no caso a população e que ela deve ter seus direitos respeitados; VIII) no último parágrafo o autor abre um parêntese para corrigir um equívoco cometido, no caso não era Herculano o autor citado, mas sim Almeida Garret.

Com base no conteúdo expresso nos parágrafos, depreendemos que a ação visada por Saramago (1999) nesse texto é trazer à tona a necessidade de o povo português lutar por seus

direitos, lutar contra o oportunismo político e social. Tal apreensão é facilmente recuperável nas seguintes afirmações saramaguiana: “é preciso que os direitos do povo sejam usados contra os que faltam aos deveres para com o povo”.

Koch (2008) afirma que Weinrich, a partir de alguns estudos sobre os tempos verbais do francês, constatou que eles são muito importantes nos enunciados, pois existem leis que os governam no interior do próprio período e os tempos verbais que emergem em um dado texto não têm relação com o tempo propriamente. Weinrich, ao analisar alguns textos, segundo Koch (2008), observou que, assim como os tempos verbais, as situações comunicativas podem ser divididas em dois grupos: os do mundo comentado e os do mundo narrado. O mundo narrado consiste em um relato, literário ou não, que retomam acontecimentos distantes, causando no leitor uma sensação de relaxamento. Já o mundo comentado é composto por todas as situações comunicativas que não sejam apenas relato.

Koch (2008), assevera que, a partir das considerações de Weinrich, o mundo narrado é constituído pelos tempos verbais pretérito imperfeito e pretérito perfeito simples. A informação apresentada nesses dois tempos chega até o receptor na forma de relato, sem necessariamente relacionar com o passado. Nesse caso, o autor convida o destinatário a ser apenas um ouvinte. Enquanto que, no mundo comentado, a forma verbal presente não está relacionada com o Tempo Verbal, ela é responsável por “uma atitude comunicativa de engajamento, de compromisso” (KOCH, 2008, p. 37).

Relativamente aos tempos verbais a crônica pode ser dividida em três momentos. No primeiro parágrafo, Saramago (1999) emprega os verbos no infinitivo, no caso, “escrever, assinalar, cumprir, gritar, repetir, pensar, lembrar, chorar, baixar” para expressar uma ideia que não se refere a um sujeito em particular. Neste momento do texto, o autor levanta uma série de questões sobre “o 25 de abril”. Ele não responde às questões, apenas questiona a necessidade de comemoração, levando o leitor a refletir e indagar-se sobre o que é nela comemorado. Os verbos empregados no infinitivo visam a responder ao questionamento inicial do texto “Escrever sobre o 25 de abril [...] para quê?” Essa forma verbal aparentemente neutra tem por objetivo apresentar a situação em si, ou seja, a data 25 de abril. É importante observar que o emprego do infinitivo é intercalado pelo uso do pretérito perfeito do indicativo como em: “[...] as esperanças que dermos e as promessas que recebemos”, marcando o mundo narrado e, conseqüentemente, indicando ao leitor que se trata de uma seqüência do relato.

Já no segundo, terceiro, quarto e quinto parágrafos os tempos verbais se misturam, no caso, o pretérito perfeito, futuro do pretérito e presente, todos no modo indicativo. No segundo parágrafo, o tempo verbal pretérito perfeito é utilizado para introduzir “Alexandre Herculano”, no caso “escreveu e esqueceu”. Além desses verbos, o autor utiliza o modalizador (parece que), indicando falta de certeza sobre a autenticidade da frase atribuída a Herculano “A terra é pequena, e a gente que nela vive também não é grande”, para posicionar-se em relação ao que já foi dito, como podemos observar em: “Do tamanho da terra não temos o que dizer, é realmente pequena, nunca foi maior, exceto nos tempos do império colonial, embora essas terras fossem outras, como depois viemos a entender.” O advérbio (realmente) expressa harmonia entre duas proposições, no caso a concordância de Saramago (1999) com parte dos dizeres de Herculano para na sequência do texto acrescentar que “a gente que nela vive também não é grande” embora pequena por sujeição. Além disso, ao reproduzir no texto a citação de Herculano e, para isso, empregar a expressão modalizadora “parece que”, o autor estabelece uma relação dicotômica certeza X incerteza apontando para o fato de que o relato é marcado pela incerteza da autenticidade da frase.

Abrimos um parêntese com o objetivo de ressaltar que Saramago (1999), apesar de citar “Herculano”, não o contextualizou, ou seja, o leitor não tem no texto, inicialmente, elementos que apresentam a personagem citada. Saramago (1999) introduz “Herculano” sem muita certeza sobre a autenticidade de sua citação. Entretanto, seu objetivo é discorrer sobre a constituição do povo português e ir além da linha de raciocínio de “Herculano”. O emprego do verbo “ter” no futuro do pretérito “ter-se-ia” expressa a opinião de Saramago em relação a afirmação de Herculano. Para Saramago, se a afirmação de Herculano sobre a pequenez fosse confirmada, hoje o português “seria um nada à procura de si mesmo”, neste caso o autor também utiliza o tempo do mundo narrado para construir seu texto.

No terceiro parágrafo, Saramago (1999) apresenta algumas informações sobre o personagem “Herculano”, no caso, “uma espécie de Moisés da História, personalidade ética e científica como poucas vezes terá aparecido por cá.” Essas informações constituem a primeira contextualização de “Herculano” enquanto uma personalidade da história. O dêitico “cá” retoma “Portugal”, introduzido no primeiro parágrafo e retomado para questionar e levar o leitor a refletir sobre a veracidade das afirmações de Herculano: “Aceitaremos que Portugal é mesmo um caso perdido?” Esse questionamento vem acrescido pela expressão “pensando melhor” que aponta para uma redefinição na sua linha de raciocínio encaminhando o leitor para outra direção argumentativa e colocando em dúvida seus dizeres: “A quem estaria vendo

Herculano quando, tão sem ressalva lhe chamou pequena, igual a terra onde vivia.” Neste momento do texto também é acrescentado uma informação nova sobre “Herculano”, além das características já apontadas anteriormente, ele seria também um “cronista”.

No quarto parágrafo, chama atenção o fato de Saramago (1999) se referir a Herculano como “historiador”, para apontar que como historiador Herculano “haverá de saber bastante do povo [...]”. Tal julgamento é precedido pelo conector “porém” que expressa contradição em relação ao que foi dito anteriormente, ou seja, ao verdadeiro sentido dos vocábulos “pequeno” e “miúdo” atribuídos ao povo português. Além disso, nesse parágrafo Saramago (1999) explicita seu posicionamento de discordância em relação a “Herculano”, argumentando que em função de Herculano “desde o princípio da nacionalidade, nos trabalhos e nos dias, nas guerras e nas descobertas [...] no esforço imenso de gerações numa terra pobre e castigada”, deveria perceber a grandeza do seu povo. O povo português, nas palavras de Saramago (1999), não é “pequeno”, na opinião dele nenhum povo é “pequeno”. Essa afirmação é introduzida pelo operador argumentativo “aliás a bem dizer”, que amplia a primeira afirmação, apontando para a necessidade de correção ou redefinição de algo que foi dito anteriormente, marcando a presença de Saramago cronista, cuja voz se faz presente de forma marcante com o verbo “direi que Alexandre Herculano, ao falar da pequenez da gente, não era do povo que pensava”. O recurso que chama a atenção é o emprego do conector “mas” com objetivo de destacar que, apesar das dificuldades, o povo é grande, ou seja, “não será puro, nem santo, nem bom, mas é grande, não pode deixar de o ser.”

No quinto parágrafo da crônica, para sua compreensão, é necessário que ativemos o conhecimento de mundo, pois são apontados pelo autor regiões de Portugal, no caso, “Matosinhos”, “Braço de Prata” e “Alentejo” e uma personalidade portuguesa, Rafael Bordalo Pinheiro ou Bordalo Pinheiro. Na estrutura do parágrafo, Saramago (1999) destaca inicialmente as regiões juntamente com o povo que morava nesses lugares que é caracterizado por adjetivos que apontam para a sua condição no mercado de trabalho. Após essa apresentação, o autor introduz o povo que realmente deve ser considerado “pequeno” através da expressão “parece-me”, que indica, inicialmente, uma falta de certeza, mas que é utilizado com o objetivo de introduzir a opinião de Saramago (1999) a respeito de qual é realmente o povo “pequeno” a que está se referindo, no caso, os políticos e seus desmandos. Essas considerações, por meio da memória discursiva, como afirmou Adam (2008), remontam a problemas políticos que culminaram no dia 25 de abril.

No início do sexto parágrafo, Saramago (1999) retoma a relação existente entre “os dias de hoje” e “o 25 de abril”. O autor discorre sobre o fato de que o povo português, apesar da existência de muitos “Alexandres Herculanos” e da burguesia afirmar que esse povo “não presta”, é um povo que merece respeito, pois esses problemas são oriundos de outrolugar, “talvez centuplicados, decerto refinados pelos avanços da ciência do oportunismo político e social, todos os modelos de há cem anos. E não soubemos ainda encontrar uma maneira de nos livrarmos dele.” O autor finaliza com uma frase introduzida pelo operador discursivo “e”, empregada com valor adversativo, que particulariza mais ainda a dificuldade que os portugueses têm de si livrarem dos políticos. Ainda nesse parágrafo chama a atenção a presença do “Vale dos Lobos”<sup>19</sup>, “Mestre dos Opúsculos”<sup>20</sup> e Bordalo Pinheiro que exige do leitor a busca, por meio de inferências, ativadas pela memória discursiva, de informações que ajudem a compreender o papel representado.

Saramago (1999) inicia o último parágrafo com a seguinte proposição: “A questão parece ser muito clara” deixando, assim, a mostra a sua posição sobre a situação de Portugal. Essa afirmação introduz a sua conclusão para as questões levantadas no decorrer da crônica que estão relacionadas com o motivo de comemorar “o 25 de abril” nos dias de hoje, sendo assim, “é preciso opor a quem Herculano chamou pequena a gente a quem eu entendo haver razões para chamar de grande.” Ao utilizar o verbo “entender”, na primeira pessoa do indicativo, o autor chama a atenção do leitor para a importância de tecer uma reflexão, as dificuldades enfrentadas por Portugal. Além disso, a predominância dos verbos no presente do indicativo é fator determinante para que se compreenda a força argumentativa das proposições atualizadas pelos verbos que reclamam do leitor um posicionamento crítico, uma mudança de atitude em relação aos fatos relatados ou, em outras palavras, uma atitude receptiva, tensa e engajada. Saramago (1999) finaliza o parágrafo com o modalizador “talvez” e o emprego do pretérito imperfeito do subjuntivo, hipotetizando que as considerações feitas por “Herculano”, sobre o povo português, não são tão relevantes, visto que ele se retirou para o Vale de Lobos e só tem dados históricos sobre esse povo. É a partir dessa hipotetização que Saramago (1999) atesta sua tese: a grandeza do povo português “é um exaltante ato cotidiano. De gente muito grande.”

Vale destacar que apesar de Saramago (1999), no decorrer da crônica, apresentar certeza da autoria, um tempo depois de sua publicação, no caso em 1999, apresenta uma nota

---

<sup>19</sup> Região turística em Portugal.

<sup>20</sup> Alexandre Herculano.

fazendo uma correção da autoria da frase, no caso ela não é de Alexandre Herculano, mas sim de Almeida Garrett.

A partir das observações tecidas sobre a crônica saramaguiana podemos concluir que a proposta de Adam (2008) fundamenta uma análise dos discursos que leva em consideração o texto como produto de uma dinâmica interna, no caso a relação entre “palavras”, “proposições”, “períodos e ou sequências”, e “plano de texto”. O contexto, na proposta de Adam (2008), aparece no que ele denomina de níveis ou planos da análise de discurso, conforme esquematização apresentada anteriormente.

Por sua vez, analisando a crônica segundo Foucault (2006), levaremos em consideração os elementos oriundos da história emergem na materialidade linguística e isso é possível graças à memória discursiva que é compreendida como o que possibilita a toda formação discursiva produzir e reproduzir formulações anteriores, que em algum momento histórico já foram enunciadas. A noção de memória discursiva exerce, portanto, uma função ambígua no discurso, na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com o apagamento que opera. A memória apresentada por Courtine (2006, p.79) é uma memória coletiva, segundo ele, uma “memória de todos”. Ela está muito próxima do conceito de interdiscurso, compreendido como o que “permite ao sujeito o retorno e o reagrupamento de enunciados assim como seu esquecimento e apagamento” (COURTINE, 2006, p.79). Ao propor o interdiscurso como uma função domínio de memória, Courtine (2006) traz à tona a seguinte questão: quando escolho um dado enunciado, não sou eu que escolho, essa escolha é oriunda de um domínio de memória que apresenta em seu interior uma historicidade marcada pela descontinuidade.

Os enunciados, por sua vez, são considerados por Foucault (2007) uma sequência de signos que compõem o discurso e que deverão ser analisados em sua irrupção, atentando para suas particularidades de existência, dispersão e descontinuidade, pois elas ajudam a vislumbrar seu sentido e, conseqüentemente, os sentidos dos discursos nos quais eles emergem. Ele também não deve ser analisado, tomando como referência o seu autor, mas estudando a posição sócio histórica que ocupa, pois, segundo Foucault (2008, p.XIII), “significante e significado adquirem assim uma autonomia substancial que assegura a cada um deles isoladamente o tesouro de uma significação virtual; em última análise, um poderia existir sem o outro e pôr-se a falar de si mesmo: o comentário se situa nesse suposto espaço”.

Sua questão infalível é: o que se dizia no que estava dito? A análise do campo discursivo trata de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de

determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação são excluídas.

Nesse sentido, ao atentarmos para a crônica de Saramago (1999), inicialmente, o que chama atenção é o seu título que remete a uma data de comemoração histórica de Portugal. Nas palavras de Saraiva (1984), “em 25 de Abril de 1974, um movimento das forças armadas derrubou o regime e marcou o início da Terceira República.” Após esse acontecimento, uma série de outros modificaram a história de Portugal, dentre os quais temos as pressões internacionais para a independência das colônias Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola.

No primeiro parágrafo da crônica, alguns enunciados chamam a atenção, são eles: “Escrever sobre o 25 de abril [...] Para quê?”, “Repetir o discurso do ano passado [...] sem pensar neles?”, “traições”, “salvar-se Portugal” e “salvação” remete-nos a uma situação ou, ao que deveria ser comemorado, mas, ao mesmo tempo, tais questões geram questionamentos. O fato dos portugueses celebrarem a data está relacionado a uma falta de reflexão por parte de todos que a celebrem. A posição assumida pelo sujeito discursivo, neste caso, não é de alegria, mas sim de reflexão, pois esses enunciados destacam a importância de um posicionamento crítico com relação à data em questão, visto que ela envolve uma série de acontecimentos políticos que não são favoráveis a uma comemoração, pois as consequências imediatas e posteriores da descolonização das colônias “foram de ordem militar, social e econômica” (FERREIRA, 2000, p.365).

Os enunciados “traições” e “salvação” apontam para uma formação discursiva religiosa que emerge no discurso com o objetivo de reforçar a necessidade da retomada de algo da ordem do tradicional e que se perdeu ao longo do tempo. Percebemos que a comemoração traz à tona uma série de outras questões políticas que apontam para a fragilidade de Portugal, como nação, que tem um papel político dentro de uma economia que vai além de suas divisas territoriais.

Os enunciados que emergem no segundo parágrafo “terra”, “pequena”, “gente [...] também não é grande”, exceto nos tempos do império colonial”, “essas terras fossem outras” e “de insignificância cívica, de rebaixamento” apontam para a situação histórica de Portugal. Esses enunciados retomam uma historicidade que evidencia o fato de que o país foi, por longos anos, expoente nas navegações e na colonização de outras terras; por séculos acumulou riquezas e prestígios oriundos das terras colonizadas. Portugal, conseqüentemente o



povo português, entra em crise, a partir do momento em que as colônias ganham a sua independência.

A história da constituição de Portugal se faz presente com muita intensidade na crônica. Apesar das glórias, de um passado não muito remoto, as dificuldades do povo é uma constante. Portugal se fez como nação que desbrava os mares e levava a sua cultura a povos longínquos, mas isso não trazia acalento para as dificuldades do povo, povo esse que realmente importa como pode ser observado no fragmento a seguir: “seria capaz de jurar que o povo é mesmo a única coisa verdadeiramente grande que existe.” A leitura desse trecho aponta para uma formação discursiva que reforça a importância do povo, destacada pelo enunciado “jurar”, que emerge no discurso por meio de uma memória discursiva e traz à tona sentidos originários de uma necessidade de inserção do povo na história, pois a nação passou por grandes acontecimentos que vão desde seu ápice como nação colonizadora a um país que perdeu suas colônias e enfrenta dificuldades. Nas palavras de Ferreira (2000, p.368):

Os interesses econômicos de Portugal nas colônias não se resumiam, no entanto, aos seus aspectos comerciais. A vertente investimento tinha um significado tal que, por altura da visita a Lisboa do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, no verão de 1974, foram os investimentos privados portugueses efetuados em Angola e Moçambique, estimados em 190 milhões de contos respectivamente, em documentos preparados para conversões entre as autoridades portuguesas e o secretário-geral da ONU.

Os problemas enfrentados são oriundos dos “políticos do tempo, o parasitismo oficial, os corruptos e os corruptores, esse enxame ridículo e maligno que Rafael Bordalo Pinheiro dependurou no pelourinho da irrisão para escarmento da praga e aprendizagem nossa”. Esses sim são “a gente pequena” de Portugal e não o povo que sofre com o desmando dos políticos<sup>21</sup>, conforme revela Saramago.

A gente chamada de pequena pelo sujeito discursivo “Herculano” é, na verdade “grande”, enquanto os “grandes” são a “pequena gente” de Portugal. O dia “25 de Abril”,

---

<sup>21</sup> De acordo com Saraiva (1984, p.366) “a evolução política é conhecida: depois de um período de turbulência inicial, que dilacerou a adesão necessária ao enraizamento de verdadeiras reformas, instalou-se uma situação de índole centrista, ainda que programaticamente reformista. A lei fundamental do Estado foi elaborada com base num compromisso entre os partidos e as forças armadas e contém insistentes enunciados revolucionários, que não passaram das leis às instituições. A vida política foi organizada a partir dos partidos, o que sob certos aspectos, conferiu à revolução de 25 de Abril um caráter de “restauração” da situação anterior à revolução de 28 de Maio. Restauração aparente, porque no período intercalar entre as duas revoluções se registraram mudanças profundas nas estruturas sócias e econômicas do País. O sistema partidário voltou a ser fator de instabilidade, mas a práxis orientou-se no sentido de um presidencialismo tutelar que tem garantido o funcionamento regular do sistema.”

juntamente com a gama de aspectos históricos que emergem dessa data, servirá para reflexão e não comemoração, uma vez que as dificuldades, segundo o sujeito discursivo, são enfrentadas não pelos “grandes”, mas sim pela população que está à mercê da sorte. Assim, a importância do povo português, “não lhe aparecesse somente como um dado histórico, mas como um exaltante ato quotidiano. De gente muito grande.”

A partir do mencionado acima podemos concluir que a crônica analisada aponta para sentidos que necessitam da compreensão dos elementos oriundos da história, uma vez que ela discute, inicialmente um dado acontecimento “25 de Abril”, mas na elaboração desse discurso outros elementos se fazem presente, formando uma teia discursiva sobre a história de Portugal. Os sentidos, que emergem a partir da sua leitura, só podem ser compreendidos no momento que rompemos com a materialidade linguística e buscamos entender a constituição de Portugal como nação. Nas palavras de Lourenço (1999, p.89), “um povo tem igualmente uma História e por comodidade hermenêutica pode ser tentado a ler o seu percurso em termos subjetivos de afirmação de si, de presença mais ou menos forte entre os outros ou de existência precária ou ameaçada neste ou naquele momento.” Percebemos que os sentidos oriundos da leitura da crônica apontam para as glórias, fracassos e a tradição da nação portuguesa, refletindo a dificuldade enfrentada pelo povo português e a necessidade dele se rebelar-se contra a política social vigente, como “gente muito grande”.

### **Finalizando ... ou iniciando um diálogo ...**

Partindo da análise efetuada afirmamos que existem algumas diferenças entre a proposta apresentada por Adam (2008), Van Dijk (2013) e a análise do discurso de linha francesa, fato atestado por Adam (2008), ao afirmar seu distanciamento em relação à AD francesa. As diferenças tangem, por exemplo, à relação entre contexto/história e texto/discurso. Observamos que, para os autores em questão, a história não é considerada, mas sim o contexto que deverá ser utilizado como um dado para ilustrar o fato de que o texto não pode ser isolado. Por sua vez, a AD francesa toma a história de forma fragmentada, não existindo, necessariamente, uma ordem cronológica nesses acontecimentos, sendo ela de fundamental importância para a compreensão do funcionamento discursivo.

Outro aspecto a ser mencionado é o sentido que, para Adam (2008), está relacionado com a continuidade discursiva e quais estratégias textuais foram utilizadas. Por sua vez, para a AD o sentido não é fechado em si, nem somente linguístico, pois a exterioridade traz marcas

profundas do social e histórico, que não estão imanentes na materialidade linguística. Segundo Foucault (2004), o discurso carrega em seu interior um “tesouro” fecundo, apresentando sempre a possibilidade de, a cada nova leitura, poder encontrar interpretações imprevisíveis, que possuem regras de aparecimento, bem como de apropriação e de utilização. Ele menciona ainda que o discurso é uma dispersão de elementos, “com suas lacunas, falhas e desordens e superstições, incompatibilidades, trocas e substituições – podem ser descritas em sua singularidade.” (FOUCAULT, 2004, p.82). Enfatiza que isso só será possível se compreendermos as regras que determinam sua formação. Assim, ele leva em conta o que possibilitou determinado enunciado emergir na materialidade discursiva e em dada condição de produção, e não outro. Com isso, no momento da análise observarmos as relações instauradas entre os enunciados presentes e ausentes que contribuam para a constituição de seu sentido.

Não podemos deixar de mencionar que as duas propostas teóricas apresentam aspectos que se aproximam, no caso partem da materialidade linguística, entretanto, no que tange à análise fica evidente a distinção entre ambas, pois cada uma apresenta um foco. A análise textual dos discursos, efetuada a partir da proposta de Adam (2008), tem como objeto de estudo o texto, partindo de uma estrutura discursiva que aponta, principalmente, para o funcionamento da materialidade linguística do texto, ou seja, as relações entre as “proposições enunciadas”, “períodos”, “plano do texto”, enquanto para a AD, a materialidade linguística é o suporte material que possibilita a existência do discurso, portanto, considerando como condições de produção (história), emergem no discurso e, conseqüentemente, corrobora para a constituição dos sentidos discursivos produzidos.

Acreditamos que se houvesse uma maior aproximação entre os dois escopos teóricos, a análise realizada pela Linguística Textual poderia ser ampliada no que tange às relações entre os elementos “estruturais” do texto e a exterioridade, no caso a historicidade/contexto que permeia a produção textual, possibilitando interpretação da argumentatividade da crônica saramaguiana, pois o entendimento dessa construção está associada à história de Portugal e, com isso, poderia expandir a compreensão dos sentidos, principalmente, no que tange à política portuguesa.

## Referências

- ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- COURTINE, J. J. **Metamorfose do discurso político**: as derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.
- FERREIRA, J. M. **Após o 25 de abril**. In: MATTOSO, J.; TENGARRINHA, J. (Org.) História de Portugal. São Paulo: EDUSC/UNESP, 2000.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Resposta a uma questão**. In: Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- LOURENÇO, E. **Mitologia da saudade**: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MÃE, V. H. **Prefácio**. In: MENDES, M. G. José e Pilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SARAIVA, J. H. **História concisa de Portugal**. 9. Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1984.
- SARAMAGO, J. **O evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Folhas políticas**. Lisboa: Editorial Caminho José Saramago e Editorial Caminho, SA, 1999.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.